dá importância. E por que haveria de dar, se ele vive do ódio, e o brasileiro não é de ódios? Se ele vive hoje de tentativas de, com o poder econômico que ainda lhe resta, tentar asfixiar outros órgãos da imprensa, pelo artificio de vender mais barato os seus exemplares que todo mundo vai rejeitando apesar dessas *vantagens?*" Nos dias seguintes os jornais paulistas continuavam a abrir manchetes em torno do assunto (372).

Mas nesse mesmo dia, surpreendentemente, a imprensa do Rio transcrevia "Manifesto à Nação", assinado por Júlio de Mesquita Filho, pelo Estado de São Paulo, Otávio Frias de Oliveira, pela Folha de São Paulo, Edmundo Monteiro, pelo Diário de São Paulo, João Francisco Ferreira, pela A Gazeta, Carlos Joel Nelli pela A Gazeta Esportiva, Armando de Oliveira, pelo Diário da Noite, Rodrigo Soares Júnior, pelo Diário Popular, Rui Mesquita, pelo Jornal da Tarde, Carlos Caldeira Filho, pela Última Hora, o mesmo, por Notícias Populares, Giusfredo Santini, pela A Tribuna, de Santos, Álvaro Troppmair, por Notícias Alemãs e mais Edmundo Monteiro, pelo Sindicato dos Proprietários dos Jornais e Revistas do Estado de São Paulo, Paulo Machado de Carvalho, pela Associação das Emissoras de São Paulo, e José P. Cavalcanti, pelo Sindicato das Empresas de Rádio--Difusão do Estado de São Paulo. O manifesto começava assim: "Não se pode dizer que a opinião pública brasileira tem sido inteiramente surpreendida pelas últimas divulgações de fatos relacionados com a infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalística nacional, bem como na exploração de concessões de rádio e televisão. Circulam, com efeito, por aí, numerosas publicações - revistas principalmente - que não escondem a origem dos capitais que as sustentam e não disfarçam a origem extranacional do seu pensamento, dos seus sentimentos e, portanto, dos seus interesses também. O que pouco se conhecia era a extensão desse mal, cuja avaliação passou a tornar-se possível mercê de várias denúncias, com revelações sobre o interesse de determinados capitais estrangeiros não só pela exploração de empresas jornalísticas brasileiras, mas pela construção também de vastas redes nacionais e regionais de rádio e televisão. E nova contribuição acaba de se trazer à elucidação deste problema, com revelações tanto sobre o vulto dos empreendimentos levados já a cabo neste terreno por capitais de fora, quanto sobre esta outra ilegalidade, consistente na entrega da direção de jornais, revistas, empresas de radiodifusão a estrangeiros ou a 'testas--de-ferro' seus". Acusava o manifesto, depois, a "indiferença até agora demonstrada pelas autoridades e órgãos públicos", contra a qual protestavam os signatários, que se confessavam "entre os mais constantes propug-

⁽³⁷²⁾ Jornal do Brasil, Rio, 23 de janeiro de 1966.